

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Renosa Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A. e Consolidado
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 13 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Nathália Araújo Domingues
Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC – CE20833/O-7

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.351	3.673	532.477	1.021.632
Aplicações financeiras	5	109	104	41.383	1.791
Contas a receber de clientes	7	-	-	358.015	322.652
Partes relacionadas	8	-	-	4.019	9.560
Estoques	9	-	-	444.340	317.448
Tributos a recuperar	10	2.088	2.648	210.357	150.609
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	52.485	10.827
Dividendos a receber		651	56.623	-	-
Outros ativos		-	-	61.704	35.097
		7.199	63.048	1.704.780	1.869.616
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	-	-	11.046	10.652
Conta vinculada	6	-	-	27.192	26.025
Tributos a recuperar	10	-	-	832.310	318.819
Depósitos judiciais	23	-	-	202.449	199.093
Despesas antecipadas		-	-	4.183	6.534
Investimentos	11	3.153.195	2.723.006	119.644	152.620
Imobilizado	12	-	-	1.734.516	1.614.231
Intangível	14	-	-	3.595.237	3.561.102
Direito de uso	13	-	-	70.675	72.818
		3.153.195	2.723.006	6.597.252	5.961.894
Total do ativo		3.160.394	2.786.054	8.302.032	7.831.510

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	-	-	865.129	693.427
Fornecedores risco sacado	16	-	-	251.141	275.370
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	711.522	101.544
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	4.718	10.113
Ações preferenciais resgatáveis	21	59.896	51.507	59.896	51.507
Subvenções governamentais	20	-	-	14.741	15.399
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	-	-	158.305	139.681
Obrigações com arrendamento mercantil	13	-	-	18.019	17.512
Obrigações tributárias	10	2	-	138.658	265.770
Tributos parcelados		-	-	156	156
Debêntures	18	-	-	67.479	55.519
Dividendos a pagar	25	36.684	56.093	37.560	85.262
Partes relacionadas	8	-	-	-	34.352
Outras contas a pagar		60	-	39.729	34.155
Total do passivo circulante		96.642	107.600	2.367.053	1.779.767
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	136.076	827.563
Ações preferenciais resgatáveis	21	360.000	405.000	360.000	405.000
Subvenções governamentais	20	-	-	20.745	35.381
Obrigações com arrendamento mercantil	13	-	-	56.419	57.868
Tributos parcelados		-	-	1.065	1.219
Obrigações com antigos acionistas	6	-	-	27.192	26.025
Debêntures	18	-	-	83.076	144.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	78.287	29.314
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	-	-	316.755	321.651
Outras contas a pagar		-	-	1.210	1.800
Total do passivo não circulante		360.000	405.000	1.080.825	1.850.754
Patrimônio líquido					
Capital social	25	533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Outros resultados abrangentes		16.839	4.736	16.839	4.736
Reserva de lucros		1.902.781	1.484.586	1.902.781	1.484.586
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.703.752	2.273.454	2.703.752	2.273.454
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.150.402	1.927.535
Total do patrimônio líquido		2.703.752	2.273.454	4.854.154	4.200.989
Total do passivo e patrimônio líquido		3.160.394	2.786.054	8.302.032	7.831.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	26	-	-	5.612.865	5.046.793
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	27	-	-	(3.689.422)	(3.253.197)
Lucro bruto		-	-	1.923.443	1.793.596
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	-	-	(1.015.987)	(972.237)
Gerais e administrativas	29	(1.023)	(1.544)	(308.062)	(323.670)
Resultado de equivalência patrimonial	11	705.615	238.412	(9.298)	(17.922)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	(665)	-	401.454	74.572
Lucro operacional		703.927	236.868	991.550	554.339
Resultado financeiro líquido	31	(17.840)	(12.497)	107.135	(61.955)
Lucro antes do imposto do imposto de renda e da contribuição social		686.087	224.371	1.098.685	492.384
Impostos correntes	24	-	-	(18.808)	(135.079)
Impostos diferidos	24	-	-	(31.953)	(10.115)
		-	-	(50.761)	(145.194)
Lucro líquido do exercício		686.087	224.371	1.047.924	347.190
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(361.837)	(122.819)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		686.087	224.371	686.087	224.371
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		1,73	0,57		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	686.087	224.371	1.047.924	347.190
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	15.864	1.314	24.037	1.991
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	701.951	225.685	1.071.961	349.181
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	701.951	230.459
Acionistas não controladores	-	-	370.010	118.722
Resultado abrangente total do exercício	701.951	225.685	1.071.961	349.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Outros resultados abrangentes	Total dos Controladores	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros acumulados				
Em 31 de dezembro de 2019	533.671	250.461	106.998	1.253.398	7.639	-	3.422	2.155.589	1.869.675	4.025.264
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(51.727)	-	-	-	(51.727)	-	(51.727)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.467)	(36.467)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.314	1.314	677	1.991
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	224.371	-	224.371	122.819	347.190
Destinação do lucro:										
Constituição de reservas	-	-	(264)	(774.735)	943.276	(168.278)	-	-	-	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(56.093)	-	(56.093)	-	(56.093)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.169)	(29.169)
Em 31 de dezembro de 2020	533.671	250.461	106.734	426.936	950.915	-	4.736	2.273.454	1.927.535	4.200.989
Ajustes de resultado abrangentes de 2020	-	-	-	7.914	-	-	(5.838)	2.076	(1.160)	916
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(102.207)	-	-	-	(102.207)	-	(102.207)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.597)	(53.597)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	15.864	15.864	8.173	24.037
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	686.087	-	686.087	361.837	1.047.924
Destinação do lucro:										
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(171.522)	-	(171.522)	(90.459)	(261.981)
Constituição de reservas	-	-	-	114.565	400.000	(514.565)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.927)	(1.927)
Em 31 de dezembro de 2021	533.671	250.461	106.734	447.208	1.350.915	-	14.762	2.703.752	2.150.402	4.854.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	686.087	224.371	1.047.924	347.189
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	287.614	303.145
Resultado da equivalência patrimonial	(705.615)	(238.412)	15.158	22.254
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(5.860)	(4.332)
Valor residual de baixas do imobilizado	-	-	11.430	31.067
Constituição de provisão para contingências	-	-	17.923	58.469
Provisão para remuneração de pessoal	-	-	57.503	50.395
Provisão para perdas de estoque	-	-	8.691	14.221
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	11.842	(5.375)
Ajuste a valor presente/provisão para perdas esperadas com contas a receber/descontos grandes redes	-	-	(19.226)	16.578
Juros e rendimentos, líquidos	(82)	(2)	(152.370)	19.303
Créditos fiscais da exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	665	-	(375.516)	(45.667)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	18.054	12.596	18.054	12.596
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	22.107	36.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	48.973	10.068
	(891)	(1.447)	994.247	866.886
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(21.830)	34.879
Partes relacionadas	-	-	(28.811)	(12.831)
Estoques	-	-	(142.297)	(104.580)
Despesas antecipadas	-	-	2.351	(4.933)
Depósitos judiciais	-	-	(3.356)	(345)
Outros ativos	-	-	(30.429)	13.549
Fornecedores	-	-	178.321	166.790
Fornecedores - risco sacado	-	-	(21.776)	47.222
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	(38.879)	(28.808)
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	(21)	-	38.686	174.242
Pagamento de provisão para contingências	-	-	(44.748)	(40.170)
Outros passivos	60	127	4.984	16.944
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(852)	(1.320)	886.463	1.128.845
Pagamento de juros sobre empréstimos, APRs, debêntures e arrendamento	(9.666)	(23.415)	(201.648)	(106.677)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(10.518)	(24.735)	684.815	1.022.168
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(4)	-	(39.533)	86.127
Redução de investimentos	-	-	4.162	2.072
Aquisições de imobilizado	-	-	(391.019)	(218.373)
Aquisições de intangível	-	-	(27.795)	(11.194)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	(4)	-	(454.185)	(141.368)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	4.997	245.546
Captações de subvenções governamentais	-	-	3.450	-
Amortização principal de empréstimos	-	-	(100.564)	(505.553)
Amortização de principal de subvenções	-	-	(15.960)	-
Ações preferenciais resgatáveis	(45.000)	-	(45.000)	-
Instrumentos financeiros	-	-	(47.079)	34.679
Tributos parcelados	-	-	(154)	(157)
Amortização principal de debêntures	-	-	(55.600)	(75.602)
Dividendos recebidos	349.338	105.600	-	-
Dividendos pagos	(293.138)	(80.000)	(442.461)	(134.400)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(21.414)	(20.850)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	11.200	25.600	(719.785)	(456.337)
Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes a caixa	678	865	(489.155)	424.463
Demonstração do acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	3.673	2.808	1.021.632	597.169
No final do exercício	4.351	3.673	532.477	1.021.632
Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes a caixa	678	865	(489.155)	424.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” ou “Renosa”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes (“CMR”), Tocantins Refrigerantes Ltda. (“Tocref”) e Crystal Águas do Nordeste Ltda. (“CAF”) e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda. (“Regua”) Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da então Nordeste Refrigerantes S.A. e da Regua, incluindo à época a Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. Esse controle foi adquirido via constituição da *holding* Solar.BR Participações S.A. (“Solar.BR”). Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia efetuou aquisição adicional de 10% das ações da controlada Solar.BR, passando assim a deter um total de 66% das ações com direito a voto direta e indiretamente.

a) Holding controladora das entidades operacionais

A Solar.BR é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, com sede em Fortaleza. Trata-se de uma holding controladora, desde 03 de julho de 2013, da Tocref, Norsa Refrigerantes S.A. (“Norsa”) e Regua. As controladas da Companhia são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “*The Coca-Cola Company*”- TCCC, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, CAF, Leão Alimentos e Bebidas Ltda, e os produtos da Marca ADES e Campo Verde. A área de atuação compreende todos os Estados do Nordeste, além do Mato Grosso e parte de Tocantins e Goiás.

Em 2 de março de 2021, foi constituída a Helius Participações Ltda., atualmente denominada Solar Bebidas S.A. (“Solar”) e em 30 de março de 2021, a Solar.BR efetuou uma reorganização societária através do aporte dos investimentos nas controladas Norsa e a Regua, passando a Solar a ser a controladora direta destas. Desta forma, a Renosa passou a participar em 40,75% na Solar.BR e 25,25% na Solar, mantendo o controle com 66% ações.

A Solar em conjunto com as suas controladas (“Grupo Solar”) é o segundo maior fabricante da Coca-Cola no Brasil e um dos 20 maiores fabricantes do Sistema Coca-Cola no mundo. Está entre as dez maiores empresas do Nordeste e uma das maiores empresas de bens de consumo do país. Atualmente a Solar possui como acionistas a MAA. (34%) e a Renosa (25,25%). Com capacidade para produzir mais de três bilhões de litros de bebida/ano para atender a mais de 320 mil pontos de venda, possui mais de 12 mil colaboradores distribuídos por 9 fábricas e 35 centros de distribuição nos 12 Estados de atuação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

a) Holding controladora das entidades operacionais--Continuação

Área de Atuação



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas, indiretas e joint ventures, todas localizadas no Brasil, conforme segue:

	% de participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Controlada direta		
Solar.Br. Participações Ltda.	40,75	66,00
Solar Bebidas S.A.	25,25	-
Controladas indiretas (através da Solar Bebidas):		
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08	84,08
Refrescos Guararapes Ltda.	99,90	99,90
Tocantins Refrigerantes Ltda.	99,90	99,90
Norsa Refrigerantes S.A.	15,92	15,92
Solarpay instituição de pagamento S/A	78,50	-
Solar Energia Ltda.	100,00	-
Controladas em conjunto (<i>joint ventures</i>):		
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00	50,00
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7,05	7,05
Trop Frutas do Brasil Ltda.	5,81	5,81
UBI 3 Participações Ltda.	11,00	11,00

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Entidades controladas e controladas em conjunto

Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa")

A Norsa é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possui operação, além do investimento na Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay") e a Solar Energia Ltda. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

A Norsa consolida as informações da Tocref e da SolarPay, assim como possui participação avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Crystal Águas do Nordeste Ltda., UBI3 Participações Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Trop Frutas do Brasil Ltda..

Refrescos Guararapes Ltda. ("Regua")

A Regua é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

Para maiores informações sobre os demais investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, vide Nota 11.

c) Principais eventos até 31 de dezembro de 2021

Aquisição da participação da Companhia Solarpay instituição de pagamentos S.A.

Em 20 de janeiro de 2021, a Tocref adquiriu 78,5% de participação na empresa Sol e Mar Instituição de Pagamentos S.A., atualmente denominada Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay").

Através da aquisição da SolarPay, o Grupo investe na transformação digital com foco em atender seus clientes, levando até eles soluções de usabilidade e baixo custo para apoiar na transformação do pequeno e médio varejo, tornando-o mais ágil, competitivo e digital.

Parte desta estratégia de apoio a digitalização dos seus clientes, um dos produtos que será oferecido é uma conta digital, com tarifas e taxas competitivas, dentre tantos outros atributos, intitulada como "Conta XIP", que permitirá receber e realizar depósitos e transferências, emitir e pagar boletos, sacar dinheiro, gerenciar vendas realizadas por cartões de débito e crédito, fazer a antecipação de recebíveis, PIX, microcrédito e muito mais. Com isso, o Grupo Solar busca reforçar ainda mais a parceria junto aos clientes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Aquisição da participação da Companhia Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.--Continuação

A alocação preliminar de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de cada aquisição da SolarPay é apresentada a seguir:

	<u>SolarPay</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	5.028
Contas a receber acionistas	10.000
Outras ativos	107
Intangível aloçável	1.193
Intangível	261
	<u>16.589</u>
Passivos	
Fornecedores	554
	<u>16.035</u>
Total dos ativos líquidos identificáveis a valor justo líquidos	2.413
Goodwill	<u>18.448</u>
Total da contraprestação	<u>18.448</u>
Participação de acionistas não controladores sobre ativos a fair value	3.448
Caixa pago	5.000
Pagamentos futuros	10.000
Análise do fluxo de caixa na aquisição:	
Custos de transação (incluído no fluxo de caixa das atividades operacionais)	1.400
Caixa pago e capital subscrito, líquido de caixa adquirido com a controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	28

O Grupo Solar não reconheceu impostos diferidos relacionados à combinação de negócios uma vez que a base fiscal e a base contábil, incluindo ajustes ao valor justo, eram as mesmas na data da aquisição.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 1.400 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Aquisição da participação da Companhia Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.--Continuação

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:

<u>Ativo intangível adquirido</u>	<u>Técnica de avaliação</u>
	Multi-period excess earning O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida, excluindo os fluxos de caixa relacionados a ativos contributivos.
Carteira clientes	
	Replacement cost O método considera o valor que uma entidade teria que pagar para substituir no momento, de acordo com seu valor atual.
Software	
	Relief-from-royalties O método considera o desconto estimado de pagamentos de royalties que se espera que sejam evitados como resultado das marcas adquiridas.
Marcas	
	With-and-without O método consiste em estimar o valor justo de um ativo pela diferença entre o valor desse ativo em dois cenários: um cenário considerando a existência do ativo em questão e outro, considerando sua inexistência.
Acordo de não competição	

Desde a data da aquisição, a SolarPay não contribuiu com a receita líquida e contribuiu com R\$ 7.724 de prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021.

Constituição da empresa Solar Energia Ltda.

Em 7 de abril de 2021, a Norsa constituiu uma empresa no segmento de comercialização de energia, com participação de 99,9%.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Constituição da empresa Solar Energia Ltda.--Continuação

Com intuito de simplificar as operações internas, obter resultados na gestão de energia de seus parceiros e fomentar o uso de energia de fontes renováveis, o Grupo Solar decidiu investir na abertura da comercializadora de energia. Com esta nova empresa será possível atuar ativamente no mercado de energia na busca constante de redução de custos de nossa cadeia provendo o uso de energia limpa.

A comercializadora abre a possibilidade de agregarmos o volume nosso com nossos parceiros, por meio de compras estratégicas, garantindo assim rentabilidade para a nova empresa e custos menores para nossos parceiros na utilização de energia limpa.

Acordo entre The Coca-Cola Company, Sistema Coca-Cola Brasil e Grupo Heineken

Em 24 de fevereiro de 2021, The Coca-Cola Company, Sistema Coca-Cola Brasil e Grupo Heineken chegaram a um acordo para redesenhar sua parceria de distribuição de longa data no Brasil. O acordo foi construído a partir de uma base histórica sólida e realinha os interesses de todas as partes para o futuro.

Segundo o contrato, que entrou em vigor a partir da metade de 2021, as partes iniciarão uma transição das marcas Heineken e Amstel para a rede de distribuição do Grupo Heineken no Brasil. O Sistema Coca-Cola continuará a oferecer Kaiser, Bavaria e Sol, e complementarará este portfólio com a marca premium Eisenbahn e a mainstream Tiger, lançada no Brasil no mesmo ano. O Grupo Solar tem um acordo adicional que prevê a distribuição de todo o portfólio da Heineken em territórios selecionados atendidos pelo Grupo. Assim, adicionalmente às marcas listadas acima, o Grupo ficará responsável pela distribuição das marcas Glacial, Schin, Devassa, Baden Baden, Heineken e Amstel em certas localizações.

Ainda como parte do redesenho da parceria de distribuição, e de acordo com certos termos acordados mutuamente, o Sistema Coca-Cola Brasil poderá vender e distribuir outras cervejas e bebidas alcoólicas, até uma certa proporção do portfólio do Grupo Heineken, assim como o Grupo Heineken terá a possibilidade de explorar outras oportunidades no segmento não alcóolico.

Isso permitirá que as partes atendam consumidores e clientes do mercado brasileiro com um portfólio sólido e uma gama mais ampla de opções, aproveitando o momento positivo da parceria bem-sucedida ao longo de muitos anos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Acordo comercial de distribuição - Grupo Mondelez

A Companhia por meio de suas controladas e a Mondelez Brasil Ltda. ("Mondelez") assinaram, em 13 de julho de 2021, memorando de entendimentos ("MoU") a fim de possibilitar a concessão à Solar do direito de distribuir certos produtos com relação aos quais a Mondelez é detentora exclusiva, por meio de sua distribuição direta na região dos Estados do Ceará e Maranhão, dos respectivos direitos de comercialização, de modo a ampliar os canais de vendas. Para que seja verificada a possibilidade da celebração do negócio acima descrito, as partes pretendem explorar, por meio de um projeto piloto, a distribuição pela Solar de certos produtos da Mondelez, em território restrito e por período limitado, sem exclusividade, com vistas a avaliar a viabilidade de possível futura parceria de distribuição entre as mesmas. Cumpre esclarecer que a referida parceria não representa constituição de sociedade, "joint venture" ou qualquer outro tipo de associação, formal ou informal, entre as partes, as quais seguem com suas atividades e estratégias de negócio de forma independente, resguardada, assim, a liberdade comercial das partes para exercerem suas atividades comerciais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Acordo comercial de distribuição - Grupo Campari

A Companhia por meio de suas controladas assinou, em 1º de setembro de 2021, memorando de entendimentos (“MoU Campari”) com a Campari do Brasil Ltda. (o qual não representa um pré-contrato entre as partes e não significa que as partes assumem qualquer obrigação em relação à discussão dos e/ou celebração de eventuais contratos definitivos), através do qual pretendem iniciar um projeto piloto, preliminar e temporário, para a distribuição, pela Solar, de certos produtos da Campari (“Produtos Campari” e “Projeto Piloto”), visando a consolidação posterior de uma relação comercial de longo prazo a ser estruturada de acordo com os padrões aplicados pelo Sistema Coca-Cola. A distribuição dos Produtos Campari pela Solar será realizada de forma autônoma e independente da Campari, conforme termos estipulados no MoU Campari, respeitando, ainda, o posicionamento dos Produtos Campari no que diz respeito a características e preços de mercado, desde que previamente fornecidos pela Campari e validados entre as partes. Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia e a Campari assinaram o 1º aditivo ao MoU estendendo a vigência até 31 de março de 2022 ou até a data de celebração dos contratos definitivos, o que ocorrer primeiro, salvo em hipóteses rescisão motivada e/ou imotivada, descritas no MoU Campari. Além de estender o prazo de vigência do MOU, o 1º aditivo alterou o Anexo V (território e canais), a partir de 1º de janeiro de 2022, para estabelecer o atendimento em todo o território da Solar. Cumpre esclarecer que o Projeto Piloto não representa constituição de sociedade (joint venture).

Acordo comercial de distribuição – Cervejaria Estrella de Galicia

A Companhia por meio de controladas firmou, em 3 de setembro de 2021, o contrato de distribuição com a Estrella de Galicia Importação e Comercialização de Bebidas e Alimentos Ltda. (“Estrella Galicia”), com o intuito de estabelecer os termos para comercialização e distribuição dos produtos fabricados ou comercializados pela Estrella Galicia no território de atuação das Distribuidoras através do sistema de distribuição KO (sistema Coca-Cola de distribuição de bebidas no Brasil, sendo composto pela Coca-Cola, Distribuidoras e todos os demais engarrafadores brasileiros da Coca-Cola) (“Sistema de Distribuição KO”). As Distribuidoras e a Estrella Galicia, celebraram, juntamente com a Coca-Cola e as demais distribuidoras que integram o Sistema de Distribuição KO, na mesma data, contrato a fim de estabelecer as normas gerais que deverão reger o acesso da Estrella Galicia ao Sistema de Distribuição KO.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

d) Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa, os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivo de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

A seguir detalhamos as avaliações e conclusões sobre os impactos da pandemia do COVID-19 sobre as principais transações da Companhia e suas controladas.

i) *Recuperabilidade de ativos financeiros (NBC TG 48)*

Conforme divulgado na Nota 19, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito para seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada e instrumentos financeiros derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem saldos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, no montante de R\$ 532.477. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e que embora no atual cenário há possibilidade de aumento da inadimplência de seus clientes, não existem indicativos de aumento significativo do risco de crédito dessas contrapartes. Adicionalmente, vale ressaltar que o Banco Central implementou diversas medidas para aumentar a liquidez das instituições financeiras, de forma que nenhuma perda é esperada em função da pandemia do COVID-19.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

d) Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19--Continuação

i) *Recuperabilidade de ativos financeiros (NBC TG 48)--Continuação*

Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas com contas a receber)

As vendas das controladas da Companhia são realizadas 100% por meio de boleto bancário. O risco de crédito dos saldos de contas a receber de clientes é mitigado através da provisão para perdas esperadas. Os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre tais contrapartes não são significativos, dessa forma nenhuma perda adicional é esperada.

ii) *Recuperabilidade de ativos não financeiros (NBC TG 01 R4)*

Estoques

Considerando que a Companhia e suas controladas possuem como atividade principal, a venda de bebidas, as suas operações foram consideradas pelas autoridades públicas como essenciais, sendo autorizado a abertura e funcionamento normal das suas fábricas e centros de distribuição, mediante a adoção de medidas de contenção da proliferação do COVID-19.

Os pedidos de compra junto aos fornecedores não foram comprometidos e continuaram sendo entregues normalmente, não ocorrendo interrupção da cadeia de suprimentos. Também seguindo a mesma justificativa para os pedidos de vendas.

Dessa forma, a Companhia e suas controladas avaliam que os riscos de realização dos estoques por um valor inferior ao valor realizável líquido já estão contemplados dentro das estimativas atuais de perdas e não espera perdas adicionais em função da pandemia do COVID-19.

Imobilizado e intangível

As operações da Companhia e de suas controladas não sofreram interrupções, de forma que as fábricas e centros de distribuição continuam operando normalmente. A Companhia e suas controladas monitoram a capacidade de geração futura de caixa de forma a garantir que os fluxos de caixa descontados a valor presente não sejam inferiores ao investimento realizado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

d) Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19--Continuação

ii) *Recuperabilidade de ativos não financeiros (NBC TG 01 R4)--Continuação*

Imobilizado e intangível--Continuação

A Companhia e suas controladas atualizaram os cálculos de recuperabilidade de seus ativos, considerando os impactos da pandemia do COVID-19, porém não foi identificada a necessidade de constituição de provisões adicionais, além daquelas já reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

iii) *Tributos sobre o lucro (NBC TG 32 R4)*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas efetuaram projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos sobre o lucro, considerando os efeitos da pandemia do COVID-19, e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para perda.

iv) *Mensuração de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento (NBC TG 06-R3)*

A Companhia e suas controladas continuam avaliando, medidas de preservação de caixa, como o diferimento ou redução dos aluguéis relativos aos imóveis locados.

Até o momento, não há efeitos significativos sobre o passivo de arrendamento em função da pandemia do COVID-19.

v) *Mensuração do valor justo*

A Companhia e suas controladas mantém contratos de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção de dívidas e outros passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e “*commodities*”. Essas operações são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações, de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições financeiras. A Companhia e suas controladas consideram que o COVID-19 não produz impactos sobre a mensuração a valor justo de suas operações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

d) Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19--Continuação

vi) *Provisões e passivos contingentes*

A Companhia e suas controladas avaliaram a natureza de suas provisões e passivos contingentes e não identificaram impactos decorrentes do COVID-19 sobre a mensuração contábil de tais transações.

vii) *Reconhecimento de receita*

A Companhia e suas controladas avaliaram os critérios de reconhecimento de suas receitas, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outros compromissos de desempenho assumidos com seus clientes e considerando que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento, sendo assim, avaliou que o COVID-19 não produziu impactos sobre critérios de reconhecimento das receitas.

viii) *Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros*

A Companhia e suas controladas continuam atendendo todos os índices e indicadores financeiros definido em seus contratos de empréstimos e financiamentos, ocorrendo inclusive melhora de tais indicadores. O rating da dívida da Companhia e de suas controladas foi reavaliado e a nota foi mantida no patamar anterior à pandemia do COVID-19.

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional.

2. Políticas contábeis

a) Investimentos

Investimento em coligadas

Os investimentos da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

O ágio relacionado com as coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento nas coligadas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

a) Investimentos--Continuação

Investimento em coligadas--Continuação

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Companhia, suas controladas e coligadas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas.

A participação societária nas coligadas é demonstrada na Nota 11.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Companhia e suas controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Companhia e suas controladas determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas.

A Companhia e suas controladas determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia e suas controladas calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Investimento em joint ventures

Joint venture é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

A análise efetuada na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação à uma controlada.

Os investimentos da Companhia e suas controladas em suas *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

a) Investimentos--Continuação

Investimento em joint ventures--Continuação

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia e suas controladas no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia e suas controladas nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, a Companhia e suas controladas reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do acervo líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e suas controladas e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação da Companhia e suas controladas nos resultados de uma coligada ou *joint venture* apresentada na demonstração do resultado, representa o resultado após os tributos e as participações na coligada ou *joint venture*.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia e suas controladas em sua coligada ou *joint venture*.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia e suas controladas mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

b) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

c) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

c) Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

d) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas controladas utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras combinadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

d) Mensuração do valor justo--Continuação

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, e ativos financeiros não cotados.

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

Para fins dessa análise, a Companhia e suas controladas confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Companhia e suas controladas, em conjunto com os avaliadores externos, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

e) Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e suas controladas de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções.

A Companhia e suas controladas avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia e suas controladas). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia e suas controladas considera, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente.

Contraprestação variável

Acréscimos e penalidades por atraso

A Companhia e suas controladas cobra de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia e suas controladas reconhece as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

e) Receita de contrato com cliente--Continuação

Descontos por volume e pontualidade no pagamento

A Companhia e suas controladas oferece descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, A Companhia e suas controladas aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, A Companhia e suas controladas aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber para os descontos futuros esperados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

f) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia e suas controladas se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

f) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – correntes--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

g) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenha aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se compromete a comprar ou vender o ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria ativos financeiros ao custo amortizado é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa estão apresentados ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram

A Companhia e suas controladas transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, não registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Para os passivos financeiros que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, fornecedores de risco sacado, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos de subvenções governamentais, passivo de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas, são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

i) Contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de commodities e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para operações que foram designadas para contabilidade de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designa e documenta: a relação de hedge, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas para assumir o hedge.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia e suas controladas avalia se a relação de hedge atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de hedge e determinação do índice de hedge).

Uma relação de hedge se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

- Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura.
- O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica.
- O índice da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A Companhia e suas controladas possui as seguintes relações de hedge:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

j) Distribuição de dividendos

A Companhia e suas controladas reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

j) Distribuição de dividendos--Continuação

Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no acervo líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

l) Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

l) Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

m) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures.

n) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

n) Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

o) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia e suas controladas revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, no nível da unidade geradora de caixa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

p) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possui programa de participação nos resultados baseados em metas de curto e longo prazo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

r) Segmento operacional

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de produção e comercialização de bebidas, sendo um único segmento operacional.

s) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor.

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)
Frotas	17% a 100%
Imóveis	11% a 33%)
Máquinas e equipamentos	10% a 50%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

s) Arrendamentos--Continuação

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 13.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhece o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de período de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usa a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

t) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras combinadas consolidadas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido de despesas de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos despesas adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa são detalhadas na Nota 14.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 24.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatário)

A Companhia e suas controladas determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia e suas controladas possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia e suas controladas aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para contingências--Continuação

A Companhia e suas controladas incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia e suas controladas tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia e suas controladas se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que o Companhia e suas controladas normalmente os aluga por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes--Continuação

A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas, bem como a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota 7.

Arrendamentos - Estimativa da taxa de juros incremental

A Companhia e suas controladas não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar o passivo de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia e suas controladas estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e suas controladas (como o rating de crédito da subsidiária).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	9	8	8.313	21.276
Equivalentes de caixa	4.342	3.665	524.164	1.000.356
	4.351	3.673	532.477	1.021.632

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual médio de 86,9% em 31 de dezembro de 2021 (99,6% em 31 de dezembro de 2020) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Segue abaixo a composição:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CDB	4.342	3.665	371.381	912.040
Debêntures compromissadas	-	-	66.028	41.470
Letra Financeira	-	-	86.755	46.846
	4.342	3.665	524.164	1.000.356

5. Aplicações financeiras

	Taxa média	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Fundos de investimento</u>					
Banco do Brasil	139%	-	-	1.752	1.687
Santander	93%	-	-	14	-
Bradesco	100%	109	104	39.617	104
<u>Depósitos para reinvestimento</u>					
Banco do Nordeste	99,90%	-	-	11.046	10.652
		109	104	52.429	12.443
Circulante		109	104	41.383	1.791
Não circulante		-	-	11.046	10.652

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)

Conta vinculada

	31/12/2021	31/12/2020
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	26.386	25.219
	27.192	26.025

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)-- Continuação

Obrigações com antigos acionistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Grupo Lago (i)	806	806
Grupo Vieira (ii)	<u>26.386</u>	<u>25.219</u>
	<u>27.192</u>	<u>26.025</u>

- (i) A controlada indireta Norsa possui em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, R\$ 806 referente à conta vinculada (Escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) A controlada indireta Norsa possui em 31 de dezembro de 2021, R\$ 26.386 (R\$ 25.219 em 31 de dezembro de 2020) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011 e CAF. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a controlada da Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada Norsa reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

7. Contas a receber (Consolidado)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Partes relacionadas (Nota 8)	334	1.948
Contas a receber de clientes.	<u>380.044</u>	<u>356.493</u>
	<u>380.378</u>	<u>358.441</u>
(-) Ajuste a valor presente	(1.395)	(278)
(-) Abatimentos	<u>(11.135)</u>	<u>(16.447)</u>
	<u>367.848</u>	<u>341.716</u>
(-) Perda por redução ao valor recuperável	<u>(9.833)</u>	<u>(19.064)</u>
	<u>358.015</u>	<u>322.652</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber (Consolidado)--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	354.825	326.404
Vencidos:		
1 a 30 dias	14.167	9.936
31 a 60 dias	866	1.201
61 a 90 dias	543	1.042
91 a 120 dias	67	415
121 a 150 dias	11	130
151 a 180 dias	66	224
Vencidos há mais de 180 dias	-	25
	<u>370.545</u>	<u>339.377</u>
(-) Ajuste a valor presente	(1.395)	(278)
(-) Abatimentos	(11.135)	(16.447)
	<u>358.015</u>	<u>322.652</u>

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas estimadas com crédito:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	(19.064)	(15.979)
(+) Adições	(14.290)	(10.446)
(-) Baixas	23.521	7.361
	<u>(9.833)</u>	<u>(19.064)</u>

A Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas que foi definida com base em:

- Taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- Ajuste das estimativas para o futuro (“*forward-looking*”), conforme variação prevista nas projeções internas da Companhia e suas controladas; e
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida quando do efetivo recebimento do título.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos períodos findos naquelas datas.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo Circulante		
Contas a Receber de Clientes		
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (c)	-	1.948
	<u>-</u>	<u>1.948</u>
Partes Relacionadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (a)	3.921	304
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (b)	-	7.737
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (c)	334	1.519
SOLAR.BR Participações Ltda. (d)	(236)	-
	<u>4.019</u>	<u>9.560</u>
Passivo Circulante - Fornecedores		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (a)	96.284	14.312
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (b)	8.541	9.766
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (c)	53.141	8.291
	<u>157.966</u>	<u>32.369</u>
Partes Relacionadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (a)	-	19.797
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (b)	-	14.547
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (c)	-	8
	<u>-</u>	<u>34.352</u>

Empresa líder do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma holding controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste Participações S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações, com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investments Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes.

Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.: Empresas controladas pela Companhia, para pleno desempenho de suas atividades mercantis, que compartilham de uma mesma estrutura administrativa/comercial, denominada de Escritório central e corporativo, gerenciado e mantido pela Companhia, que repassa mensalmente estes títulos de despesas através de rateio. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e

- (a) Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.: é uma empresa do grupo “The Coca-Cola Company” que produz e vende os concentrados para a elaboração das bebidas do portfólio da Coca-Cola. Em 31 de dezembro de 2021, a Recofarma possui indiretamente, por intermédio da MAA investimentos, 34% de participação do capital social da controladora da Companhia. Fornecedor exclusivo do principal insumo da companhia e de suas controladas, qual seja o concentrado, matéria-prima para fabricação de refrigerantes e outras bebidas. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias. Adicionalmente dentro do plano anual de negócios a Companhia alinhou com a Recofarma planos estratégicos no sentido de desenvolver pontos de venda com a colocação de geladeiras (multimarcas) e investimentos em grandes clientes “Key accounts” nacionais, na qual a Recofarma negocia nacionalmente as condições contratuais e efetua o pagamento de forma centralizada, cobrando posteriormente a parcela relativa à participação dos Fabricantes de acordo com seus respectivos territórios.
- (b) Leão Alimentos e Bebidas Ltda.: é uma empresa da Norsa junto com Recofarma e as demais engarrafadoras do sistema Coca Cola Brasil. É um dos principais fornecedores dos produtos não carbonatados (sucos, chás e refrescos) para revenda. O prazo de pagamento vigente é de 44 dias.
- (c) Crystal Águas do Nordeste Ltda.: Empresa entre a Norsa e a MAA investimentos. Fabricante de águas envasadas. Refere-se a transações de compra e venda de Insumos (concentrado de sucos) e produtos acabados com a parte relacionada acima. Adicionalmente ocorre o reembolso de despesas da operação com os produtos águas minerais e refrescos através de rateio e a locação de uma linha produção em Maceió/AL para produção de Kapo. Em dezembro de 2021 houve a migração da produção de kapo para Norsa Refrigerantes Ltda. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas--Continuação

- (d) Solar.BR Participações Ltda.: Holding coligada da Companhia e possuía controle direto das controladas da Companhia antes de 30 de março de 2021. As empresas coligadas, para pleno desempenho de suas atividades mercantis, compartilharão de uma mesma estrutura administrativa/comercial, denominada de Escritório central e corporativo (contábil, fiscal, administrativo, jurídico, financeiro, recursos humanos, logística, comercial e industrial), gerenciado e mantido pela Solar.BR, que repassa mensalmente essas despesas para as empresas operacionais. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

i) *Remuneração dos administradores*

A remuneração dos administradores e do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas totalizaram em 31 de dezembro de 2021 R\$13.675 (R\$ 13.992 em 31 de dezembro de 2020)

Plano de remuneração baseado em ações virtuais dos administradores

Em outubro de 2015, a Solar.Br, controladora direta da Companhia, introduziu um programa de incentivo de longo prazo em benefício de determinados executivos da Solar.Br e de suas controladas, incluindo executivos hoje vinculados à Companhia ("Beneficiários"), por meio do qual a Solar.Br concedeu ações virtuais "Phantom Shares" aos Beneficiários ("Programa de ILP Controladora"). Após período de 3 anos contados da data de sua outorga e mais 2 anos de carência "lock-up", o titular de tais "Phantom Shares" tem direito a uma remuneração variável em dinheiro, cujo valor é definido em função do desempenho operacional da Companhia no período bem como da evolução do valor para a Companhia.

Anualmente, o Conselho de Administração da Solar.Br estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram, após a auditoria das demonstrações financeiras da Solar.Br o direito à outorga de "Phantom Shares" aos Beneficiários.

Condições para período: o regulamento das "Phantom Shares" determina que terão direito à outorga e período das "Phantom Shares" os Beneficiários que atingirem as metas de desempenho.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia--Continuação

i) *Remuneração dos administradores--Continuação*

Plano de remuneração baseado em ações virtuais dos administradores--Continuação

O regulamento prevê as seguintes condições adicionais para período das “Phantom Shares”:

- (i) No caso de desligamento por justa causa o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as “Phantom Shares” que lhe foram outorgadas, sem indenização;
- (ii) Na hipótese de desligamento sem justa causa o direito antecipado ao resgate das “Phantom Shares” será analisado pelo Conselho de Administração da Solar.Br;
- (iii) Na hipótese de aposentadoria ou falecimento do beneficiário, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para período das “Phantom Shares”, sendo conferido o direito de exercer imediatamente a totalidade das “Phantom Shares” (no caso de falecimento, pelos familiares do beneficiário).
- (iv) Na ausência de desligamento, as condições de aquisição das “Phantom Shares” são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo-se assim que o beneficiário exerça suas phantom shares nos termos definidos pelo regulamento.

Na data da outorga este valor é convertido em phantom shares e podem ser resgatados pelos associados a partir do 6º ano subsequente ao início do ciclo de metas. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao início do ciclo de metas.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo era de R\$ 24.801 registrado em obrigações trabalhistas e previdenciárias. As despesas com as “Phantom Shares” em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.083 (R\$ 7.172 em 31 de dezembro de 2020).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Estoques (Consolidado)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Produtos acabados	108.869	75.169
Matéria-prima e embalagem	163.285	111.266
Materiais auxiliares	2.754	1.727
Mercadorias para revenda	121.358	68.969
Almoxarifado	75.194	69.940
Almoxarifado marketing	10.598	9.979
Estoque de vasilhames	7.391	9.134
Produtos em processo	2.599	3.586
	<u>492.048</u>	<u>349.770</u>
Provisão para perdas de estoques	(39.918)	(31.227)
(-) Ajuste a valor presente – Estoque (a)	(7.790)	(1.095)
	<u>444.340</u>	<u>317.448</u>

(a) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 20 dias em 31 de dezembro de 2021 (15 dias em 31 de dezembro de 2020) e foi contabilizada em contrapartida do ajuste realizado no contas a pagar a fornecedores. Quando ocorre a venda do estoque, o mesmo transita para o resultado.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para perda de estoques:

i) Provisão para perda de estoque (Consolidado)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	(31.227)	(17.006)
(+) Adições	(34.456)	(26.177)
(-) Baixas	25.765	11.956
	<u>(39.918)</u>	<u>(31.227)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
ICMS a recuperar	-	-	146.857	145.645
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	99.726	93.352
IPI a recuperar (a)	-	-	17.902	14.462
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	-	724.296	192.351
IRPJ/CSLL a recuperar	2.088	2.648	53.886	23.618
	2.088	2.648	1.042.667	469.428
Circulante	2.088	2.648	210.357	150.609
Não circulante	-	-	832.310	318.819
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	68.826	73.160
IRRF a recolher	-	-	3.154	2.908
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	10.800	118.695
PIS/COFINS a recolher	2	-	43.387	46.962
IPI a recolher	-	-	6.023	15.802
Outros impostos a recolher	-	-	6.468	8.243
	2	-	138.658	265.770

- (a) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é estimada em até aproximadamente 4 anos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apropriação	31/12/2021	31/12/2020
Menos de 1 ano	42.863	40.311
Entre 1 e 2 anos	31.177	29.975
Entre 2 e 3 anos	19.130	18.298
Entre 3 e 4 anos	6.556	4.768
	99.726	93.352

- (b) Trânsito em julgado - Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - Ação ordinária distribuída pela Regua em janeiro de 2007.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Dado o longo período envolvido de direito ao crédito e a complexidade que envolve o cálculo, principalmente, para o período anterior ao ano de 2011, que antecede a vigência e obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração Fiscal Digital (SPED), a Administração da Companhia e de suas controladas contrataram escritório de advocacia para endereçar as hipóteses de mensuração do direito ao crédito, assim como empresa especializada para apurar os valores envolvidos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

Em julho de 2019, a Regua obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2007 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário.

Como é de conhecimento público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e do COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativa protocoladas até a data da sessão em que for proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

O tratamento contábil dispensado por cada entidade, antes da decisão do STF, dependia de uma análise criteriosa da situação específica, levando em consideração a situação processual, o teor da respectiva decisão transitada em julgado e a existência ou não de confiança razoável na mensuração do valor de eventual ativo decorrente do assunto. Porém, com a recente decisão do STF, foram esclarecidas as principais dúvidas que permaneciam em aberto desde 15 de março de 2017, tais como o período de direito ao crédito, assim como a base de cálculo dos valores.

Conforme decisão acima citada, entidades que possuem pedidos administrativos e ações judiciais iniciadas antes de 15 de março de 2017 e que não tiveram o trânsito em julgado têm o direito de excluir o ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS a partir do data do julgamento do STF e aguardam o trânsito em julgado de seu processo de forma consistente com a decisão do STF de maio de 2021, para iniciar os procedimentos para pleitear a compensação ou o ressarcimento dos valores pagos a maior, no período de abrangência de seu processos.

A Norsa e demais controladas possuem ações em julgamento pleiteando créditos a partir de 2002Essas ações resultaram na contabilização de créditos de PIS e COFINS referentes ao seu respectivo processo judicial, no montante de R\$ 579.904, durante o período corrente. Em setembro de 2021, a Norsa obteve decisão favorável transitada em julgado.

O saldo total dos créditos tributários foi de R\$ 786.466, sendo R\$ 505.697 de principal e R\$ 280.769 de atualização monetária.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no ativo é de R\$ 724.296 que será utilizado conforme demonstrado abaixo:

<u>Apropriação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em até 1 ano	114.450	97.734
Entre 1 e 2 anos	268.103	85.855
Entre 2 e 3 anos	238.345	8.762
Entre 3 e 5 anos	103.398	
	724.296	192.351

- (c) Em 24 de setembro, o Superior Tribunal Federal julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IR e da CSLL sobre valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. Em 05 de agosto de 2021, a Companhia e suas controladas impetrou Mandado de Segurança Cível objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário, concentrados nos processos comentados no item (b) acima, cujo valor estimado e não registrado é de R\$ 98.214. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

11. Investimentos

Composição dos saldos

	<u>Participação</u> <u>%</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Avaliados a equivalência patrimonial:					
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (b)	7,05%	-	-	52.458	55.498
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (d)	50,00%	-	-	58.941	53.946
Trop Frutas do Brasil Ltda.	6,81%	-	-	8.244	23.263
Ubi 3 Participações (Ades) (c)	11,00%	-	-	1	19.913
Solar.BR Participações Ltda. (a)	100,00%	1.087.629	1.330.718	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	-	859.950	-	-	-
Solar Bebidas S.A. (a)	25,25%	673.278	-	-	-
Ágio na constituição da Solar Bebidas S.A.		532.338	1.392.288	-	-
		3.153.195	2.723.006	119.644	152.620

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Investimentos--Continuação

Composição dos saldos--Continuação

- (a) Em 2 de março de 2021, foi constituída a Helius Participações Ltda., atualmente denominada Solar Bebidas S.A. ("SOLAR") e em 30 de março de 2021, a Solar.BR Participações S.A. ("Solar.BR") efetuou uma reorganização societária através do aporte dos investimentos nas controladas Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") e a Refrescos Guararapes Ltda. ("Regua") e transformou a organização em limitada. E a Solar passou a ser a controladora direta da Norsa e da Regua.

Através dessa organização, a Renosa Participações S.A. passou a participar em 40,75% na Solar.BR Participações Ltda. e 25,25% na Solar Bebidas S.A., mantendo o controle com 66% ações, segregando o ágio na proporção da participação entre Solar Bebidas S.A. e Solar.BR Participações Ltda.

- (b) Considera a provisão para perda em ativo imobilizado da investida Leão Alimentos e Bebidas Ltda. registrada em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 14.468, devido ao encerramento parcial das linhas de produção da fábrica localizada em Linhares - ES. O registro da provisão para perda na investida foi realizado durante o exercício de 2020, impactando o valor do investimento através de equivalência patrimonial. Desta forma, foi realizada uma reversão da provisão para perda na investida, no montante de R\$ (5.860), em 31 de dezembro de 2021.

- (c) Movimentação dos investimentos

i. Movimentações dos Investimentos (Controladora)

	Solar.BR	Solar Bebidas	Total
Em 31 de dezembro de 2019	2.610.693	-	2.610.693
Equivalência patrimonial	238.412	-	238.412
Ajuste de avaliação patrimonial	1.313	-	1.313
Distribuição de dividendos	(127.412)	-	(127.412)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.723.006	-	2.723.006
Reestruturação Societária da Solar.BR	(1.078.885)	1.078.885	-
Equivalência patrimonial	582.069	123.546	705.615
Ajuste de avaliação patrimonial	14.104	3.836	17.940
Distribuição de dividendos	(292.715)	(651)	(293.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.947.579	1.205.616	3.153.195

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Investimentos--Continuação

ii. Movimentações dos dividendos a receber (Controladora)

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	56.623	34.811
Dividendos propostos por controladas	293.366	127.412
Recebimento de dividendos de controladas	(349.338)	(105.600)
Saldo Final	651	56.623

iii. Movimentações dos investimentos (Consolidado)

	Leão	Crystal	Trop Frutas	UBI3	Total
Em 31 de dezembro de 2019	75.741	50.812	24.157	19.913	170.623
Equivalência patrimonial	(24.496)	3.136,00	(893,00)	-	(22.253)
Provisão para perda de investimento	4.332	-	-	-	4.332
Ajuste de avaliação patrimonial	(82)	-	-	-	(82)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	55.495	53.948	23.264	19.913	152.620
Equivalência patrimonial	(5.131)	4.993	(15.020)	-	(15.158)
Provisão para perda de investimento	5.860	-	-	-	5.860
Redução de capital	(3.527)	-	-	-	(3.527)
Ajuste de avaliação patrimonial	(239)	-	-	-	(239)
Outros	-	-	-	(19.912)	(19.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.458	58.941	8.244	1	119.644

- (d) O investimento na Crystal Águas do Nordeste Ltda. de 50,00% em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido e lucro do exercício desta investida é de R\$ 117.879 e R\$ 9.989, respectivamente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição dos saldos

	Taxas médias ponderadas de depreciação	31/12/2021	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2020
		Custo			Líquido
Terrenos	-	88.139	-	88.139	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	27.954	(11.200)	16.754	17.896
Edificações	3,7%	618.434	(223.084)	395.350	399.346
Máquinas e equipamentos	6,7%	1.170.156	(666.862)	503.294	512.071
Móveis e utensílios	10,0%	36.802	(25.898)	10.904	12.259
Garrafas e embalagens	20,0%	706.239	(603.756)	102.483	115.545
Congeladores	10,0% e 20,0%	457.131	(303.828)	153.303	132.146
Computadores e periféricos	20,0%	53.681	(42.591)	11.090	9.395
Veículos	10,0% e 20,0%	215.036	(107.063)	107.973	87.779
Instalações	5,0%	274.840	(98.390)	176.450	171.207
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	34.879	(3.925)	30.954	36.380
Imobilizado em andamento	-	167.094	-	167.094	51.412
Provisão para perdas	-	(29.272)	-	(29.272)	(17.430)
		3.821.113	(2.086.597)	1.734.516	1.614.231

b) Movimentação dos saldos

	Consolidado						
	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2021
Terrenos	86.225	1.914	-	-	-	-	88.139
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17.896	297	(1.001)	(961)	523	-	16.754
Edificações	399.346	11.461	(73)	(21.403)	6.019	-	395.350
Máquinas e equipamentos	512.071	65.713	(2.078)	(70.504)	(1.908)	-	503.294
Móveis e utensílios	12.259	1.070	(12)	(2.515)	102	-	10.904
Garrafas e embalagens	115.545	49.051	257	(62.440)	70	-	102.483
Geladeiras	132.146	78.741	(3.345)	(54.536)	217	80	153.303
Computadores e periféricos	9.395	5.864	(141)	(4.809)	28	753	11.090
Veículos	87.779	37.883	(3.703)	(13.986)	-	-	107.973
Instalações	171.207	13.016	(62)	(14.464)	6.753	-	176.450
Outras imobilizações	36.380	553	(1.272)	(2.475)	(2.232)	-	30.954
Imobilizado em andamento	51.412	125.456	-	-	(9.572)	(202)	167.094
Provisão para perdas	(17.430)	-	-	-	-	(11.842)	(29.272)
	1.614.231	391.019	(11.430)	(248.093)	-	(11.211)	1.734.516

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Imobilizado (Consolidado)--Consolidado

b) Movimentação dos saldos--Continuação

	Consolidado						
	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2020
Terrenos	86.225	-	-	-	-	-	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.772	590	(33)	(1.693)	260	-	17.896
Edificações	399.009	10.654	(922)	(20.770)	11.375	-	399.346
Máquinas e equipamentos	498.307	19.784	(11.275)	(70.554)	75.809	-	512.071
Móveis e utensílios	13.503	403	(43)	(2.678)	1.074	-	12.259
Garrafas e embalagens	147.819	47.145	(2.296)	(77.768)	645	-	115.545
Geladeiras	130.252	53.175	(2.725)	(54.330)	5.774	-	132.146
Computadores e periféricos	10.447	2.436	52	(5.329)	991	798	9.395
Veículos	84.670	18.518	(2.977)	(12.432)	-	-	87.779
Instalações	173.983	8.183	(10.288)	(14.386)	13.715	-	171.207
Outras imobilizações	42.603	3.234	(482)	(3.555)	(5.420)	-	36.380
Imobilizado em andamento	101.433	54.251	(78)	-	(104.223)	29	51.412
Provisão para perdas	(22.805)	-	-	-	-	5.375	(17.430)
	<u>1.684.218</u>	<u>218.373</u>	<u>(31.067)</u>	<u>(263.495)</u>	<u>-</u>	<u>6.202</u>	<u>1.614.231</u>

Garantias

A Companhia e suas controladas não possui imobilizados em garantias nos empréstimos e financiamentos vigentes.

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Em 31 de dezembro de 2021, não houve custos de empréstimos capitalizados (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2020, a uma taxa de 6,76% a.a.).

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia e suas controladas analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, após análise interna da Administração, não apresentou indícios de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e suas controladas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil (Consolidado)

a) Direito de uso

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa média de amortização	17% a 100%	15% a 50%	10% a 33%	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.321	19.708	21.609	57.638
Adições	38.250	624	26	38.900
Depreciação	(13.404)	(6.250)	(2.792)	(22.446)
Baixas	-	(118)	-	(118)
Outros	(406)	(768)	18	(1.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.761	13.196	18.861	72.818
Adições	2.666	11.889	-	14.555
Atualizações	1.862	2.796	3.190	7.848
Depreciação	(14.972)	(5.478)	(2.308)	(22.758)
Outros	-	(1.788)	-	(1.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.317	20.615	19.743	70.675

b) Passivo de arrendamento

		Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa de juros incremental (média ponderada) (a.a.)		6,99%	9,48%	7,01%	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Circulante	7.356	6.153	2.410	15.919
	Não circulante	9.340	14.251	19.291	42.882
		16.696	20.404	21.701	58.801
Adições		38.250	624	26	38.900
Juros apropriados		2.124	1.488	1.324	4.936
Baixas		-	(118)	-	(118)
Pagamentos principal		(12.629)	(5.940)	(2.294)	(20.863)
Pagamento de juros		(2.327)	(1.469)	(1.332)	(5.128)
Outros		(406)	(769)	27	(1.148)
		41.708	14.220	19.452	75.380
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Circulante	11.458	4.290	1.764	17.512
	Não circulante	30.250	9.930	17.688	57.868
Adições		2.666	11.889	-	14.555
Atualizações		1.862	2.796	3.190	7.848
Juros apropriados		2.267	1.546	1.284	5.097
Pagamentos principal		(14.445)	(5.093)	(1.875)	(21.413)
Pagamento de juros		(2.252)	(1.705)	(1.284)	(5.241)
Outros		-	(1.788)	-	(1.788)
		31.806	21.865	20.767	74.438
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Circulante	10.392	4.695	2.932	18.019
	Não circulante	21.414	17.170	17.835	56.419

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil (Consolidado)-- Continuação

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020
Menos de 1 ano	23.709	22.983
Entre 1 e 2 anos	20.535	19.991
Entre 2 e 5 anos	34.570	34.593
Acima de 5 anos	11.229	13.737
Valores não descontados	90.043	91.304
Ajuste a valor presente	(15.605)	(15.124)
Total do passivo de arrendamento	74.438	76.180

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia e suas controladas analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo de direito de uso da Companhia e suas controladas, após análise interna da Administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e suas controladas.

14. Intangível (Consolidado)

a) Composição do intangível

			31/12/2021	31/12/2020
	Taxas médias ponderadas de amortização (a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de investimentos	-	910.044	-	910.044
Direito de uso de marca	10%	9.149	(1.288)	7.861
Softwares e sistemas informatizados	20%	164.759	(126.777)	37.982
Ágio na constituição da Solar	-	2.634.300	-	2.634.300
Softwares em desenvolvimento	-	5.050	-	5.050
		3.723.302	(128.065)	3.595.237
				3.561.102

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação do intangível

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Outros	31/12/2021
Ágio na aquisição de investimentos	3.522.058	-	-	-	-	22.286	3.544.344
Direito de uso de marca	1.105	7.305	-	-	(549)	-	7.861
Softwares e sistemas informatizados	22.433	15.926	-	15.268	(16.214)	569	37.982
Softwares em desenvolvimento	15.506	4.564	-	(15.268)	-	248	5.050
	3.561.102	27.795	-	-	(16.763)	23.103	3.595.237
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Outros (a)	31/12/2020
Ágio na aquisição de investimentos	3.522.058	-	-	-	-	-	3.522.058
Direito de uso de marca	1.290	-	-	-	(185)	-	1.105
Softwares e sistemas informatizados	33.719	5.615	-	-	(17.010)	109	22.433
Softwares em desenvolvimento	10.724	5.579	-	-	-	(797)	15.506
	3.567.791	11.194	-	-	(17.195)	-688	3.561.102

(a) Os valores apresentados na coluna de "outros" são compostos por equipamentos de informática concluídos em 2020 com início de projeto em 2019 no montante de R\$ 797 que estavam alocados no intangível e foram reclassificados para o imobilizado e reclassificação de softwares que estavam no imobilizado no montante de R\$ 109.

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia e suas controladas avaliou com base em 31 de dezembro de 2021 a recuperação do valor contábil do ágio, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi de R\$ 9.337.348 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.381.520 em 31 de dezembro de 2020), e o valor contábil da unidade geradora de caixa era de R\$ 2.176.233 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.046.851 em 31 de dezembro de 2020).

O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração da Companhia e suas controladas ao longo de cinco anos mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Companhia e suas controladas e na tendência do consumo de bebidas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 13,60% (12,60% em 31 de dezembro de 2020) e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,25% (3,30% em 31 de dezembro de 2020), considerando IPCA e uma taxa de crescimento real. Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas - Previsão dos reajustes dos preços das mercadorias vendidas ocorrem em linha com a estimativa da inflação geral. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de 5 anos, após esse período aplica-se a extrapolação de perpetuidade de 5,32% (3,30% em 31 dezembro de 2020), em modelo nominal.

Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia e suas controladas. Essas margens possuem suave crescimento devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custos provenientes de commodities, fator cambial e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e suas controladas no mercado de bebidas não alcoólicas tenha crescimento ao longo do período orçamentário.

Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso--Continuação

Sensibilidade a mudanças nas premissas--Continuação

A Companhia e suas controladas realizou a análise de sensibilidade para da sua unidade geradora de caixa e concluiu que não resultaria no reconhecimento de redução do valor recuperável do ágio. As análises foram consideradas:

- Aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) para 14,3% em 2021 (13,2% em 2020); e
- Redução na Taxa de Crescimento Perpétuo para 3,09% em 2021 (3,14% em 2020).

15. Fornecedores (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2021, as contas a pagar a fornecedores possuíam a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas (Nota 8)	157.966	32.369
Fornecedores nacionais	715.981	662.693
Ajuste a valor presente	(8.818)	(1.635)
	865.129	693.427

16. Fornecedores risco sacado (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2021, as contas a pagar a fornecedores de risco sacado possuíam a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de risco sacado	254.890	276.666
Ajuste a valor presente	(3.749)	(1.296)
	251.141	275.370

As operações de risco sacado da Companhia e de suas controladas não modificam de forma relevante as condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. Essas operações possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia e suas controladas ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Taxas médias ponderadas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Banco do Nordeste S.A – FNE	3,27% a.a.	5.007	3.821
FINAME/BNDES	5,21% a.a.	13.515	18.757
CCB	5,42% a.a.	-	50.334
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	Juros de 96% do CDI	668.450	283
Capital de Giro	Juros de 88,5% a 145% do CDI	24.550	28.349
		711.522	101.544
Não circulante			
Banco do Nordeste S.A – FNE	3,27% a.a.	10.452	15.412
FINAME/BNDES	5,21% a.a.	15.624	30.630
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	Juros de 96% do CDI	-	655.480
Capital de Giro	Juros de 88,5% a 145% do CDI	110.000	126.041
		136.076	827.563
		847.598	929.107

- (a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FINAME é garantido por alienação fiduciária e aval cruzado.
- (b) No CRA as garantias são asseguradas através de aval da controladora da Companhia, a Solar.BR Participações Ltda., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação ocorrerá em setembro de 2022.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem capitais de giro em moeda estrangeira, com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações contratou "swaps" com mesmos prazos, taxas e valores. A mensuração desses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 21

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	929.107	1.217.510
Entradas	4.997	224.130
Juros apropriados	40.745	39.507
Variação cambial	178	4.287
Amortização de principal	(100.565)	(484.349)
Juros pagos	(29.925)	(72.641)
Despesa de captação	3.061	663
Saldo final	847.598	929.107

Os montantes de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020
Menos de 1 ano	711.522	101.544
Entre 1 e 2 anos	126.762	692.174
Entre 2 e 3 anos	8.389	126.386
Entre 3 e 5 anos	925	9.003
	847.598	929.107

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

Cláusulas restritivas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas e não possui conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão, principalmente, relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

Garantias

	<u>31/12/2021</u>
Aval	803.000
Fiança bancária	44.598
	<u>847.598</u>

18. Debêntures (Consolidado)

Em 28 de junho de 2019, foi assinada a escritura de emissão de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Votorantim, no montante de R\$250.000 emitida em duas séries, sendo a 1ª série de R\$139.000 e a 2ª série de R\$111.000, conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Data de Vencimento	Tipo de emissão	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	31/12/2021	31/12/2020
Circulante								
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simples	139.000	105,15% CDI	9,62%	67.479	55.519
							67.479	55.519
Não circulante								
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simples	139.000	105,15% CDI	9,62%	27.800	27.800
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simples	111.000	108,00% CDI	9,88%	55.276	117.133
							83.076	144.933
Total de Debêntures							150.555	200.452

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	200.452	272.449
Juros apropriados	8.461	7.434
Amortização de principal	(55.600)	(75.602)
Juros pagos	(2.867)	(4.030)
Despesa de captação	109	201
Saldo final	<u>150.555</u>	<u>200.452</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Menos de 1 ano	67.479	55.519
Entre 1 e 2 anos	55.500	55.550
Entre 2 e 3 anos	27.576	55.500
Entre 3 e 5 anos	-	33.883
	<u>150.555</u>	<u>200.452</u>

Limites e índices financeiros: o índice financeiro que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia, deverá ser menor que 3,5, conforme índice exigido em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou o índice de 0,48.

Remuneração: A emissão de debêntures em 2019 ocorreu em duas séries, sendo a remuneração da 1ª série de 105,15% e da 2ª série 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI")).

Garantias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aval	150.555	200.452
	<u>150.555</u>	<u>200.452</u>

19. Instrumentos financeiros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

Os instrumentos financeiros ativos são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e saldos a receber de partes relacionadas. E os instrumentos financeiros passivos são representados

principalmente por empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamento, fornecedores, fornecedores - risco sacado.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

19.1. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Níveis	Consolidado		Consolidado	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	-	527.996	527.996	1.003.813	1.003.813
Contas a receber de clientes	-	358.015	358.015	322.652	322.652
Partes relacionadas	-	4.095	4.095	24.560	24.560
Conta vinculada	-	27.192	27.192	26.025	26.025
		917.298	917.298	1.377.050	1.377.050
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	52.320	52.320	12.339	12.339
		52.320	52.320	12.339	12.339
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	44.956	44.956	10.026	10.026
Contratos a termo de moeda	2	6.209	6.209	801	801
Contratos a termo de alumínio	2	1.296	1.296	-	-
Contratos de swap	2	24	24	-	-
		52.485	52.485	10.827	10.827
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	-	865.035	865.035	677.628	677.628
Fornecedores - risco sacado	-	250.928	250.928	274.388	274.388
Empréstimos e financiamentos	-	847.598	861.734	929.107	935.243
Debêntures	-	150.555	153.127	200.452	201.991
Subvenções governamentais	-	35.486	35.486	50.779	50.779
Partes relacionadas	-	-	-	47.774	47.774
Passivo de arrendamento	-	74.438	74.438	67.639	67.639
		2.224.040	2.240.748	2.247.767	2.255.442
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	3.112	3.112	-	-
Contratos a termo de moeda	2	1.559	1.559	10.113	10.113
Contratos de swap	2	47	47	-	-
		4.718	4.718	10.113	10.113

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.2. Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, consideram os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, conta-vinculada, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, fornecedores – risco sacado, contas a receber e a pagar a partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao prazo e natureza do ativo.
- Aplicações financeiras estão apresentadas ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos atrelados à CDI e taxas-pré foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando 5,50% a.a. (4,28% a.a. em 31 de dezembro de 2020). No caso das debêntures, atrelados à CDI foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas consolidadas, apresentando 9,67% a.a. (4,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia e suas controladas contrata instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto.

19.3. Operações com derivativos

Risco em moeda estrangeira

A política de gestão de risco da Companhia e suas controladas é efetuar hedge da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando swaps de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.3. Operações com derivativos--Continuação

Risco em moeda estrangeira--Continuação

A Companhia e suas controladas determina a existência de relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de hedge. O método utilizado é o critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de hedge, em relação a prazos, amortizações, notional contratado, e pagamento de juros, garantindo a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possui 1 contrato de swap ativo referente às operações em moeda estrangeira com o Banco Bradesco totalizando R\$ 23 registrado no ativo circulante e R\$ 48 registrado no passivo circulante (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Banco Bradesco era R\$ 5.228 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

19.4. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado (taxa de juros, câmbio e preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia e suas controladas de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Companhia e suas controladas, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos ativos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

i) Risco de crédito--Continuação

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas possui operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (rating) de "Grau de Investimento". Na gestão de suas contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas adota monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

ii) Riscos de mercado

Os riscos de mercado são riscos de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de "*commodities*". Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que são afetados pelos riscos de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros e variação cambial.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (*commodities*).

A Companhia e suas controladas gerencia seus riscos de câmbio por meio de transações de hedge designados e não designados em estruturas de hedge accounting. Dessa forma, a Administração da Companhia e suas controladas entende estar protegida ao risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "*swap*".

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) Risco de câmbio--Continuação

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Valor justo Ativo	Valor justo Passivo
	12.600	jan/22	USD	5,34	3.905	-
	10.650	fev/22	USD	5,53	1.129	(305)
	8.700	mar/22	USD	5,57	839	(275)
	7.400	abr/22	USD	5,70	281	(343)
	4.350	mai/22	USD	5,80	8	(270)
	3.450	jun/22	USD	5,83	43	(223)
	2.200	jul/22	USD	5,90	4	(143)
31 de dezembro de 2021	49.350				6.209	(1.559)
	10.600	12/2020	USD	5,32	368	(2.026)
	8.000	01/2021	USD	5,44	32	(2.741)
	6.150	02/2021	USD	5,47	33	(1.956)
	5.600	03/2021	USD	5,38	97	(1.459)
	3.800	04/2021	USD	5,40	68	(1.319)
	2.900	05/2021	USD	5,35	67	(567)
	1.900	06/2021	USD	5,14	136	(45)
31 de dezembro de 2020	38.950				801	(10.113)

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures que possuem taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

v) Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas compra, açúcar e alumínio em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar e alumínio para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas estabeleceu uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais commodities.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) Risco de preço de commodities--Continuação

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Valor justo Ativo	Valor justo Passivo
	100	Jan/2022	Alumínio	2.347,50	228	-
	75	Fev/2022	Alumínio	2.456,67	145	-
	75	Mar/2022	Alumínio	2.456,67	146	-
	75	Abr/2022	Alumínio	2.456,67	146	-
	75	Mai/2022	Alumínio	2.456,67	146	-
	75	Jun/2022	Alumínio	2.456,67	144	-
	100	Jul/2022	Alumínio	2.592,25	115	-
	75	Ago/2022	Alumínio	2.673,00	51	-
	75	Set/2022	Alumínio	2.673,00	49	-
	75	Out/2022	Alumínio	2.673,00	45	-
	75	Nov/2022	Alumínio	2.673,00	40	-
	75	Dez/2022	Alumínio	2.673,00	41	-
31 de dezembro de 2021	950			2.544,84	1.296	-

Os instrumentos financeiros derivativos designados como swap de proteção referentes à data base de 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados na tabela a seguir:

Contratos de swap	Indicador	Valor principal (notional)	31/12/2021
Posição ativa:			
Bradesco	Pré x CDI. / Libor x CDI	5.000	24
Posição passiva:			
Bradesco	Pré x CDI. / Libor x CDI	5.000	(47)
31 de dezembro de 2021			(23)

vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia e suas controladas não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Visando assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas observa critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras ("caixa mínimo"); (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros; e (iii) contratação de novas operações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

vi) Risco de liquidez--Continuação

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	865.035	873.853	873.853	-	-
Fornecedores - risco sacado	250.928	254.677	254.677	-	-
Empréstimos e financiamentos	847.598	922.474	777.041	134.980	10.453
Debêntures	150.555	174.195	83.490	61.716	28.989
Subvenções governamentais	35.486	40.106	15.239	13.830	11.037
Instrumentos financeiros derivativos	4.718	4.718	4.718	-	-
Passivo de arrendamento	74.438	90.043	23.709	20.535	45.799
	2.228.758	2.360.066	2.032.727	231.061	96.278
31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	677.628	679.253	679.253	-	-
Fornecedores - risco sacado	274.388	275.677	275.677	-	-
Empréstimos e financiamentos	929.107	934.726	99.977	693.754	140.995
Debêntures	200.452	200.886	55.600	55.600	89.686
Subvenções governamentais	50.779	52.461	15.496	14.369	22.596
Instrumentos financeiros derivativos	10.113	10.113	10.113	-	-
Passivo de arrendamento	67.639	81.514	20.281	16.489	44.744
	2.210.106	2.234.630	1.156.397	780.212	298.021

19.5. Contabilidade de *hedge*

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.5. Contabilidade de *hedge*--Continuação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contratos de Swap:		
Ativo		
Libor x CDI	24	-
Passivo		
USD x CDI	(47)	-
Subtotal Swap	(23)	-
Contratos de Termo/NDF:		
Ativo		
Compra de termo de mercadorias	44.956	10.026
Compra de termo de moeda	6.209	801
Contratos a termo de alumínio	1.296	-
Passivo		
Compra de termo de mercadorias	(3.112)	-
Compra de termo de moeda	(1.559)	(10.113)
Contratos a termo de alumínio	-	-
Subtotal Termo	47.790	714
Total	47.767	714

Os efeitos das relações de hedge de fluxo de caixa formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ajustes de valor justo – ganhos reconhecidos no patrimônio líquido	50.060	6.603
Ajuste de valor justo – perdas reconhecidas no patrimônio líquido	-	(6.720)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de hedge	(17.021)	40
Reclassificação do patrimônio líquido para o resultado	(5.617)	1.819
	27.422	1.742

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado do exercício.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.6. Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia e suas controladas efetuou a análise do impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo utilizou como base a taxa efetiva DI que em 31 de dezembro de 2021 era 9,15%, impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia e suas controladas é de manutenção da taxa de 10,06% em 31 de dezembro de 2021. Sobre a TJLP, o cenário considerado pela Companhia e suas controladas é a manutenção da taxa de 6,08%.

Para as subvenções governamentais, nos estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte não há atualização da parcela financiada e no estado do Maranhão é 100% do IGPM.

Operações	Saldo contábil em 31/12/2021	Risco (taxa)	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Equivalentes de caixa	519.822	Alta do CDI	41.312	30.984	20.656
Aplicações financeiras	52.320	Alta do CDI	5.304	3.978	2.652
Conta vinculada	27.192	Alta do CDI	2.861	2.146	1.431
Empréstimos e financiamentos	803.000	Alta do CDI	(72.824)	(91.029)	(109.235)
Debêntures	150.555	Alta do CDI	(13.421)	(16.776)	(20.132)
Exposição líquida (despesas financeiras)			(36.768)	(70.697)	(104.628)

A Companhia e suas controladas não apresenta instrumentos financeiros suscetíveis a variação cambial ou do preço da "commodity", uma vez que mediante contratação de operações a termo "Non Deliverable Forward - NDF" e ordens de compra tem um preço travado para o valor futuro. Entretanto, é possível que o valor de mercado do dólar ou das "commodities" oscile para baixo, isto é, abaixo das taxas contratadas. A administração da Companhia e suas controladas considera como um risco a possibilidade de pagar taxas acima do mercado devido à compra antecipada das operações em termo ou opção. Embora essas oscilações não afetem as demonstrações financeiras, a Administração realizou uma análise de sensibilidade dos contratos firmados em 31 de dezembro de 2021 com a possibilidade da redução do valor a mercado de dólar, açúcar e alumínio em 25% e 50%. Segue abaixo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.6. Análise de sensibilidade--Continuação

Balanço	Commodities	Notional	Taxa Contratada	Provável	Redução da Taxa MTM	
					25%	50%
Ativo	USDBRL	27.700.000	5,58	6.209	(32.918)	(72.046)
Passivo	USDBRL	21.650.000	5,58	(1.559)	(32.384)	(63.210)
Ativo	Açúcar	2.598.400	15,30	44.956	36.642	24.428
Passivo	Açúcar	156.800	15,30	(3.112)	(3.890)	(4.668)
Ativo	Alumínio	950	2.544,84	1.296	(2.401)	(6.097)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)

a) Governo estadual

i) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício concedido, no âmbito do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI) consiste no cálculo de crédito presumido de 77% sobre o saldo devedor de ICMS mensal (produção própria). A subvenção produz efeitos até 30 de junho de 2032.

ii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará detêm incentivo fiscal, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI/PROVIN), que permite o diferimento de 75% do saldo devedor de ICMS decorrente operações dos itens produzidos na unidade. O imposto postergado é vinculado a um financiamento pelo Banco Bradesco, com carência de 36 meses, onde a liquidação no prazo previsto, implica em desconto de 99% do saldo devedor. O incentivo é válido até dezembro de 2028.

iii) *Estado da Bahia: Norsa*

As unidades fabris localizadas em Simões Filho (BA) e Vitória da Conquista (BA) contam com incentivos fiscais, vinculados ao programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (DESENVOLVE), relacionado ao financiamento de 90% do ICMS apurado, vigente até 31 de julho de 2022 (Vitória da Conquista) e 31 de agosto de 2022 (Simões Filho).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

iv) *Estado do Mato Grosso: Norsa*

Considerando o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), as operações realizadas com itens de produção própria, contam com renúncia fiscal, aplicável no ICMS normal com percentual de 65% para as vendas dentro do Estado e de 75% para as vendas fora do Estado. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados, sendo o último período de fruição em 31 de março de 2028.

v) *Estado do Maranhão: Regua*

Por meio do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX), a unidade mantém incentivo fiscal que consiste na apuração de crédito presumido de ICMS de 85% do ICMS devido (itens produzidos), com fruição até 23 de janeiro de 2036.

vi) *Estado do Alagoas: Norsa*

A unidade fabril possui incentivo fiscal no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado (PRODESIN), referente a crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações itens produzidos. A fruição do incentivo é até 01 de dezembro de 2022.

vii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

As operações com itens produzidos no Estado de Pernambuco, são beneficiadas com Crédito Presumido de ICMS, concedido pelo Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) e calculado sobre o ICMS devido, com percentual de 75% para venda de refrigerantes e 57,5% para vendas de água. A validade do incentivo é dezembro de 2031.

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Estado de Alagoas – Prodesin	3.669	7.962	11.631	4.307	13.106	17.413
Estado do Maranhão – Sincoex	2.981	2.958	5.939	3.133	4.871	8.004
Estado do Ceará – Provin	8.091	9.825	17.916	7.083	17.404	24.487
Estado da Bahia – Desenvolve	-	-	-	876	-	876
	14.741	20.745	35.486	15.398	35.381	50.779

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados tiveram as seguintes movimentações:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	50.779	48.276
Captações com parcela dilatada	3.450	21.416
Captações incentivadas	340.829	302.031
Juros apropriados	1.104	1.153
Amortização de principal	(15.962)	(21.205)
Juros pagos	(949)	(1.511)
Subvenções incentivadas	(340.829)	(302.031)
Ajuste a valor presente	(2.936)	2.650
Saldo final	35.486	50.779

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	11.954	13.999
2023	5.968	14.805
2024	1.566	2.839
2025 em diante	1.257	3.738
	20.745	35.381

b) Governo federal

A Norsa e Regua são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Ações Preferenciais Resgatáveis

Banco	Data de subscrição	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2021	2020	2021	2020
Itaú	31/08/2018	30/04/2027	APR	45.475.542	CDI	4,40%	419.896	456.507	419.896	456.507
Circulante							59.896	51.507	59.896	51.507
Não circulante							360.000	405.000	360.000	405.000

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas deliberaram a criação e emissão de 45.475.542 Ações Preferenciais Regatáveis (APR) no valor de R\$450.000 mil. Essas ações têm o direito de dividendos prioritário e fixos corrigidos pela variação de 100% do DI - Depósito Interfinanceiro, porém sem direito a voto nas decisões da Companhia exceto nas matérias previstas na Lei das S.A.

As ações preferenciais foram subscritas integralmente em 31 de agosto de 2018 pelo Itaú Unibanco S.A.

As APRs são resgatáveis, conforme foi estabelecido no Acordo de Investimentos, no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. O resgate dessas ações poderá se dar de maneira programada, obedecendo as regras de amortização descritas abaixo, ou também poderá ser feito antecipadamente, de forma voluntária ou compulsória.

O Cronograma de resgate de ações está assim definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	45.000	45.000	45.000	45.000
2023	45.000	45.000	45.000	45.000
2024	45.000	45.000	45.000	45.000
2025	67.500	67.500	67.500	67.500
2026 em diante	157.500	202.500	157.500	202.500
Longo prazo	360.000	405.000	360.000	405.000

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o valor de R\$ 18.054 (R\$ 12.596 em 2020) referente à remuneração das APRs em seu resultado financeiro.

Em Assembleia Geral e Extraordinária foi aprovado o pagamento no montante de R\$ 9.665 de remuneração das ações preferenciais resgatáveis (APRs).

22. Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	5.793	6.606
Benefícios a pagar	5.606	5.935
Encargos a pagar	16.876	16.912
Férias e encargos s/ férias a pagar	58.415	53.784
Prêmio por desempenho a pagar	71.544	55.608
Outros	71	836
	158.305	139.681

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas apresentava as seguintes provisões para contingências e depósitos judiciais, relacionados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários:

	Provisão para contingências		Depósitos judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	159.462	173.165	39.420	46.364
Cíveis	65.214	61.347	3.176	3.276
Tributárias (a)	92.079	87.139	159.853	149.453
	316.755	321.651	202.449	199.093

(a) Cabe elucidar que a Companhia e suas controladas possui processos tributários em trâmite na esfera judicial, estes processos apesar de possuírem prognósticos possíveis ou remotos, devem ser garantidos, para dar continuidade à discussão tributária junto ao Poder Judiciário e garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e/ou manutenção da regularidade da Companhia e suas controladas. Conforme determina o art. 855 da Lei nº 13.105/2015 e o art. 9º da Lei nº 6.830/1980, a Companhia e suas controladas utiliza das três principais modalidades de garantia judicial: depósito judicial, fiança bancária ou seguro garantia judicial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

i) Movimentação da provisão para contingências:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	145.595	54.836	67.315	267.746
Provisão/reversão	31.549	6.723	20.197	58.469
Atualização	21.870	13.612	124	35.606
Pagamento/outros	(25.849)	(13.824)	(497)	(40.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	173.165	61.347	87.139	321.651
Provisão/reversão	18.197	(190)	(84)	17.923
Atualização	16.240	2.032	3.657	21.929
Pagamento/outros	(48.140)	2.025	1.367	(44.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.462	65.214	92.079	316.755

ii) Naturezas dos processos

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas figura como réu em 1.695 processos (1.951 em 31 de dezembro de 2020) de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 159.462 (R\$ 173.165 em 31 de dezembro de 2020). As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos relacionados a jornada de trabalho (hora extra; intervalos intrajornada e inter jornada; e respectivos reflexos), indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional, modelo de remuneração, indenização por danos morais e materiais.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas figura como réu em 206 processos (261 em 31 de dezembro de 2020) de natureza cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 65.214 em 31 (R\$ 61.347 em 31 de dezembro de 2020). A maioria das ações cíveis envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para contingências tributárias estão demonstradas conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
PIS/COFINS	-	4.650	-	4.534
ICMS	16.597	52.895	17.811	49.299
INSS	75.336	72.223	69.180	68.176
IPI	-	19.720	-	19.371
Outros	146	8.365	148	8.073
Total	92.079	159.853	87.139	149.453

Passivos contingentes - risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	2.639.517	2.563.642	4.339.643	3.769.815
Cíveis	-	-	263.525	189.567
Trabalhistas	-	-	53.144	46.260
	2.639.517	2.563.642	4.656.312	4.005.642

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) Multa por instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV); ii) Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais, e iii) Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Tributárias--Continuação

Passivos contingentes - risco de perda possível--Continuação

Apresentamos abaixo, os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2021:

Exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital

Em 9 de novembro de 2018, a Companhia foi intimada no auto de infração da Receita Federal do Brasil 0130100.2017.00282 para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de 150% e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, sobre o ganho de capital supostamente auferido no contexto da reestruturação envolvendo empresas do dominado "Sistema Coca-Cola" na região Nordeste, no Estado de Mato Grosso e em parte dos Estados do Tocantins e Goiás. Exige-se também a multa isolada de 50% pelo não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL.

A Companhia protocolou impugnação através dos seus consultores jurídicos e classificaram a probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 2.639.517 no Processo Administrativo 10166.731026/2018-00. Em 30/05/2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável. Contra está decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Aguarda-se decisão de 2ª instância.

Auto de Infração lavrado por utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE.

O Auto de Infração tem como acusação: utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE, pois, no exercício de 2019, estaria impedida de utilizar o referido benefício em razão de suposto não recolhimento integral do ICMS normal e do ICMS-ST.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 156.272 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Autos de Infração lavrados para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, em razão de suposta:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Tributárias--Continuação

Passivos contingentes - risco de perda possível--Continuação

- (i) Falta de adição, para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, de parcela de dividendos distribuídos oriundos do recebimento de subvenções governamentais; e
- (ii) Dedução de despesas financeiras e com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) relativas a empréstimo bancário.

A fiscalização entendeu, ainda, que as infrações mencionadas em (i) e (ii), acima, levaram ao pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, razão pela qual também foram lançadas multas isoladas, correspondentes a 50% das estimativas que supostamente deixaram de ser recolhidas no referido exercício.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 144.843 (R\$ 140.840 em 31 de dezembro de 2020).

Execução fiscal de débitos de IRPJ e CSLL

Execução fiscal ajuizada para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa isolada de 150%, decorrentes da amortização de ágio no período de 2007 a 2010.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 96.433 (R\$ 94.557 em 31 de dezembro de 2020).

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

A Unidade Simões Filho / BA iniciou, no final de 2007, a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV), para controle da produção, no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$ 35 milhões sob o fundamento de que não era possível o início da produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor, já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Tributárias--Continuação

Passivos contingentes - risco de perda possível--Continuação

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 94.071 (R\$ 62.764 em 31 de dezembro de 2020).

Auto de Infração lavrado por falta de escrituração do livro fiscal

O Auto de Infração tem como acusação: deixar de escriturar no livro fiscal próprio, inclusive na modalidade eletrônica, documento fiscal relativo à operação de entradas de mercadorias. A empresa deixou de escriturar NFe destinadas a operações de entradas no livro registro de entradas da EFD. período: 01/2012 a 12/2013.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 74.449 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Auto de Infração sobre apresentação de EFD-ICMS/IPI

Apresentação de EFD-ICMS/IPI com informações inexatas, incompletas ou omitidas, em relação aos fatos geradores ocorridos entre 30/11/2013 a 20/03/2015.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 73.016 (R\$ 62.561 em 31 de dezembro de 2020).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como "subvenções para investimento", e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando, sistematicamente, as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Tributárias--Continuação

Passivos contingentes - risco de perda possível--Continuação

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar n. 160 e a tendência é encerrar a discussão, já que, em seu texto, ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 72.370 (R\$ 56.162 em 31 de dezembro de 2020).

Ação anulatória de autos de infração

Ação anulatória visando desconstituir os autos de infração que cobram o ICMS/ST recolhido supostamente a menor nos períodos compreendidos entre set/2016 à dez/2016 e mai/2017 a out/2017. A exigência decorre da divergência de base de cálculo utilizada para fins de cálculo do ST: a empresa utilizou pauta fiscal e o fisco entende que deveria ser margem de valor agregado – MVA.

Pontos de defesa: A ação anulatória procura a proteção jurisdicional, diante da ilegalidade, inconstitucionalidade e arbitrariedade do Réu em permanecer com a acusação fiscal, diante da ofensa ao princípio constitucional da anterioridade e legalidade, da impossibilidade de adoção de um regime híbrido para definição da base de cálculo do ICMS-ST e incompetência da Resolução 11/2016 para instituí-lo.

A Resolução Administrativa nº 11/2016 foi publicada em 31/05/2016, alterando a regra da determinação da base de cálculo do ICMS-ST de forma a majorá-la, produzindo efeitos, segundo a referida norma, a partir de 1º de junho de 2016, ferindo, assim, o princípio da anterioridade.

A referida Resolução prevê o regime híbrido para determinação da base de cálculo do ICMS-ST, adotando, ao mesmo tempo, o preço de pauta (preço ao consumidor final usualmente praticado no mercado) e a margem de valor agregado (MVA), aplicando sempre o que for mais favorável ao Estado (norma gatilho).

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 53.941 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

A Companhia e suas controladas, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social (a)	52.793	35.361
Perdas esperadas com contas a receber	3.143	895
Provisão para contingências	107.135	85.777
Provisões para perdas e outras	55.640	57.138
	<u>218.657</u>	<u>179.171</u>
Passivo		
Derivativos	17.052	471
Ágio	221.055	207.369
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	1.149	524
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	57.566	-
Outras	122	121
	<u>296.944</u>	<u>208.485</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	<u>78.287</u>	<u>29.314</u>

(a) A Companhia e suas controladas estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa a compensar em até três anos.

A Companhia e suas controladas, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A recuperação dos valores é revisada anualmente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Corrente		
Imposto de renda	(64.630)	(124.217)
Redução de incentivo fiscal (Nota 20.b)	69.910	34.935
Contribuição social	(24.088)	(45.797)
	<u>(18.808)</u>	<u>(135.079)</u>
Diferido		
Imposto de renda	(4.936)	(7.455)
Contribuição social	(27.017)	(2.660)
	<u>(31.953)</u>	<u>(10.115)</u>
	<u>(50.761)</u>	<u>(145.194)</u>

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.098.685	492.383
Resultado de incentivos fiscais exercícios anteriores	39.751	302.414
	<u>1.138.436</u>	<u>794.797</u>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(387.068)	(270.231)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	69.910	34.935
Equivalência patrimonial	9.298	17.921
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	115.882	102.690
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Principal (a)	57.566	-
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Financeiras (Nota 9.c)	98.530	-
Outras exclusões (adições), líquidas	(14.879)	(30.509)
	<u>(50.761)</u>	<u>(145.194)</u>
Alíquota efetiva	4,5%	18,0%

(a) Diferido constituído devido a Companhia e suas controladas estar em processo de habilitação do crédito.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>% capital votante</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era R\$106.734 (R\$106.734 em 2020).

ii) *Retenção de lucros*

Em 28 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 102.207. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva era de R\$ 447.208 (R\$ 426.937 em 2020).

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Reserva constituída para destinar o excesso entre dividendos mínimos obrigatórios e lucro líquido realizado em períodos anteriores. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva era de R\$ 1.350.915 (R\$ 950.915 em 2020).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Patrimônio líquido--Continuação

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração consignou nas demonstrações financeiras os dividendos a pagar no montante de R\$ 36.684 (R\$ 56.093 em 2020). A administração registrou os dividendos mínimos obrigatórios de 2021 no valor de R\$ 171.522. Em 30 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a antecipação dos dividendos no montante de R\$ 134.838, restando como dividendos a pagar o valor de R\$ 36.684.

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	56.093	28.273
Provisões:		
Dividendos adicionais aprovados referentes aos lucros do exercício anterior	102.207	51.727
Dividendo mínimo obrigatório do exercício corrente	171.522	56.093
Pagamentos:		
Dividendos pagos dos lucros do exercício anterior	(158.300)	(80.000)
Dividendos pagos antecipados do exercício corrente	(134.838)	-
Saldo final	36.684	56.093

26. Receita operacional líquida (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas		
Não alcoólicos	6.093.165	5.363.442
Alcoólicos	1.446.394	1.450.432
	7.539.559	6.813.874
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(203.950)	(172.314)
(-) Impostos sobre o faturamento	(1.722.744)	(1.594.767)
	(1.926.694)	(1.767.081)
Receita operacional líquida	5.612.865	5.046.793

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

27. Custo dos produtos e mercadorias vendidos (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas e embalagens	(3.241.025)	(2.815.410)
Pessoal	(138.865)	(131.088)
Depreciação e amortização	(125.609)	(133.298)
Custos gerais	(183.923)	(174.212)
	(3.689.422)	(3.254.008)

28. Despesas com vendas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	(397.767)	(383.505)
Outras despesas com pessoal	(184.384)	(197.786)
Depreciação e amortização	(126.526)	(120.811)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(163.402)	(121.376)
Serviços de terceiros	(55.840)	(44.935)
Água, energia e telecomunicação	(14.432)	(11.069)
Outras despesas	(73.636)	(92.755)
	(1.015.987)	(972.237)

29. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	-	-	(77.273)	(80.342)
Outras despesas com pessoal	-	-	(49.090)	(63.819)
Depreciação e amortização	-	-	(35.480)	(49.036)
Aluguéis e seguros	-	-	(29.229)	(14.151)
Serviços de terceiros	(989)	(1.346)	(77.512)	(59.495)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(19.802)	(16.401)
Outras despesas	(34)	(198)	(19.676)	(40.426)
	(1.023)	(1.544)	(308.062)	(323.670)

30. Outras receitas operacionais líquidas (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9)	-	-	375.516	47.667
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	(11.638)	407
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	(938)	2.035
Doações recebidas	-	-	525	245
Investimentos de mercado	-	-	44.270	24.218
Outras	(665)	-	(6.281)	-
	(665)	-	401.454	74.572

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(53.480)	(48.959)
Despesas com remuneração de Ações Preferenciais Resgatáveis	(18.054)	(12.596)	(18.054)	(12.596)
Despesa de IOF	-	-	(62)	(2.216)
Despesa de tarifas bancárias	(55)	(34)	(8.975)	(9.132)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(5.097)	(4.935)
Ajuste a valor presente	-	-	(39.773)	(21.550)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(13)	(7)	(11.984)	(2.974)
Variações monetárias passivas	-	-	(21.899)	(35.602)
Variações cambiais passivas	-	-	(2.244)	(3.116)
Outras despesas financeiras	(7)	(10)	(9.491)	(7.796)
	(18.129)	(12.647)	(170.059)	(148.876)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	20.860	12.066
Rendimentos de aplicações financeiras	207	149	24.812	18.211
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	453	640
Variações cambiais ativas	-	-	2.041	-
Descontos obtidos	-	-	31	24
Adicional financeiro	-	-	16.139	18.562
Ajuste a valor presente	-	-	-	442
Créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – juros (Nota 9)	-	-	210.521	30.882
Outras receitas financeiras	82	-	3.337	6.093
	289	149	278.194	86.920
Resultado financeiro	(17.840)	(12.498)	107.135	(61.956)

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, para cobrir eventuais sinistros estão resumidas a seguir:

Coberturas	31/12/2021	31/12/2020
Empresarial (a)	441.010	338.495
Responsabilidade civil geral (b)	15.000	15.000
Transportes de cargas (c)	3.500	3.500
Danos materiais e corporais	15.000	15.000
Responsabilidade civil para administradores	50.000	20.000
Lucros cessantes	115.340	105.000
Riscos diversos	66.372	62.863
	706.222	559.858

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado.

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

32. Cobertura de seguros--Continuação

A Companhia e suas controladas não prevê quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

33. Eventos subsequentes

Combinação de negócios do Grupo Simões

Em 9 de agosto de 2021, a Solar Bebidas S.A. (“Companhia”, e em conjunto com as suas controladas “Grupo Solar”) e seus acionistas controladores celebraram um Contrato de Associação com a Sipasa Participações S.A. (“Sipasa” ou “Grupo Simões”) e seus acionistas controladores (“Contrato de Associação”), aditado em 30.12.2021, que estabeleceu os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios de bebidas das seguintes empresas: (a) de um lado, Refrescos Guararapes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Crystal Águas do Nordeste Ltda., subsidiárias do Grupo Solar que atuam na produção, no engarrafamento e na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da The Coca-Cola Company (“TCCC”) e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken no Brasil a partir de fábricas e centros de distribuição localizados nos Estados do Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso, da Paraíba, do Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Sergipe e do Tocantins; e, de outro (b) da Brasil Norte Bebidas S.A. (“BNB”), Benevides Águas S.A. (“Benevides”) e COMPAR – Companhia Paraense de Refrigerantes (“Compar”), empresas do segmento de bebidas do Grupo Simões que atuam na produção, no engarrafamento e na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da TCCC e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken nos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima (“Combinação de Negócios”).

A Combinação de Negócios foi implementada por meio da incorporação da Sipasa pela Companhia, nos termos dos artigos 223, 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 (“Incorporação”).

Em 10 de agosto de 2021, as administrações do Grupo Solar e da Sipasa celebraram o Protocolo e Justificação da Incorporação, que foi aditado em 26 de fevereiro de 2022, e, em 26 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia e os acionistas da Sipasa aprovaram a Incorporação em assembleias gerais de acionistas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Eventos subsequentes--Continuação

Combinação de negócios do Grupo Simões--Continuação

Com a consumação da Combinação de Negócios em 26 de fevereiro de 2022, o Grupo Solar emitiu novas ações que foram atribuídas aos acionistas da Sipasa. O número de ações emitidas pelo Grupo Solar foi calculado com base em uma relação de troca de 56,9677 novas ações ordinárias do Grupo Solar e 45,7772 novas ações preferenciais do Grupo Solar para cada 1 ação ordinária da Sipasa, de forma que os acionistas da Sipasa passaram a deter 19,3576% do capital social total da Companhia e a Renosa, a Solar.Br e MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda., em conjunto, passaram a deter os 80,6424% restantes. Os acionistas do Grupo Simões e a CCIL receberam na data de fechamento da Combinação de Negócios 451.234.431 ações de emissão do Grupo Solar.

A relação de troca, negociada livremente entre as partes, era fixa e irreajustável, salvo na hipótese de: (a) implementação de desdobramento, grupamento, bonificação em ações, aumento de capital ou qualquer outro evento que impacte as premissas consideradas pelas partes para o estabelecimento dos percentuais acima indicados; e (b) para neutralizar o impacto de eventual declaração ou pagamento de dividendo, juros sob capital próprio ou qualquer outra distribuição de lucros ou redução de capital com restituição a sócios.